



ID: 124017595

16-07-2026

PAÍS
POSSÍVEL

Ensino Superior e estado da governação



POR

**Maria de Lurdes
Rodrigues**

Professora universitária

Decorre hoje, na Assembleia da República, o debate do Estado da Nação, a que prefiro chamar estado da governação. No nosso país, o grande problema da governação reside no facto de se lançarem medidas, a que pomposamente se chamam reformas, sem identificação clara dos objetivos, sem avaliação prévia das políticas anteriores e sem preocupação com a exequibilidade e as consequências das decisões. Este estilo de governação, baseado em mudanças avulsas, pontuais e sem integração, mistura falta de ambição e de competência.

As mudanças no Ensino Superior não escapam a este padrão, como é revelado pela recente alteração legislativa do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES). Em vigor desde 2007, o RJIES contem-

plava a exigência de uma avaliação ao fim de cinco anos. Em 2013, o Governo de Passos Coelho tentou alterar o RJIES. Defendi, então, a necessidade de cumprir a lei, promovendo-se primeiro uma avaliação e só depois qualquer mudança. Em vez disso, nos anos seguintes introduziram-se sucessivas alterações avulsas que contribuíram para descaracterizar o Ensino Superior.

Apenas em 2023, por iniciativa do secretário de Estado Pedro Teixeira, foi lançado um debate público sobre a revisão do RJIES, concluído em 2024. O debate foi alargado, participado e contou com a elaboração de estudos e comparações com outros países. Não sendo conclusivo, permitiu identificar algumas questões-chave, como a eleição do reitor/presidente, o regime de autonomia das instituições e a integridade do modelo binário de organização do Ensino Superior (universidade/politécnico).

Foi claro, no debate, que a questão mais difícil seria a defi-

nição de critérios para regular e fazer evoluir a organização do Ensino Superior: como manter a diversidade e a regulação de um sistema constituído por universidades e politécnicos, públicos e privados? O Governo atual ignorou aquele debate e a complexidade dos problemas. Mudou o RJIES transformando-o numa manta de retalhos ao sabor de interesses vários e reduziu a regulação do sistema. Não há critérios, não há exigências para se ser universidade, politécnico, instituto ou escola de Ensino Superior. Qualquer instituição pode ser o que quiser, desde que a sua pretensão seja aprovada pelo ministro. Em vez de regras formais, gerais e abstratas, passamos a ter um poder de decisão discricionário.

Se era este o resultado pretendido, conclui-se que faltou ao Governo coragem para acabar com a diversidade no Ensino Superior e assumir a responsabilidade das consequências dessa decisão. Talvez também tenha faltado competência para fazer bem!

Este estilo de governação, baseado em mudanças avulsas, pontuais e sem integração, mistura falta de ambição e de competência.